

Julgamento da American Orchid Society

Primeira Parte: Qualificações necessárias e treinamento.

Stephen Champlin *

PELA PRIMEIRA VEZ NAS EXPOSIÇÕES da OrquidaRIO, tivemos a oportunidade de ver, este ano, juizes da American Orchid Society (1) avaliando, julgando e, mesmo, premiando dois dos nossos sócios (2).

Isto deve ter despertado a curiosidade dos que assistiram ao julgamento, levando-os a duas questões: uma, "como alguém vem a se tornar juiz?" e, outra, "como eles avaliam as flores?". Nesta série, de dois artigos, procuraremos respostas para as duas perguntas, a fim de que os que estejam pouco familiarizados com o sistema de julgamento da AOS, possam melhor compreendê-lo.

Neste primeiro artigo passaremos em revista os diversos níveis obrigatórios a que deve submeter-se um juiz da AOS, como, ainda, os métodos de treinamento praticados para que alguém possa tornar-se juiz. Na segunda parte, examinaremos os condicionamentos da atividade de julgar e premiar plantas e a filosofia do julgamento de orquídeas. Como os conceitos da filosofia de julgamento são desenvolvidos durante o programa de treinamento, seja-nos permitido, primeiro, discorrer um pouco sobre os

diversos níveis de formação a que me referi, acima, como eles podem ser alcançados e os critérios usados para promoção de um para outro nível e, também, quanto aos tipos de treinamento utilizados.

A primeira condição para tornar-se juiz, no sistema da AOS, é a disponibilidade de tempo. Para alcançar-se o status de juiz pleno da AOS é necessário dispendar, pelo menos, 8 anos, mas não é incomum ver-se que há quem precise de 9 e, até, de 10 anos. Além disso, os juizes gastam muito tempo viajando para trabalhos, regulares, de julgamento ou em participação em julgamentos nas exposições de orquídeas. O segundo pré-requisito é a permanente disposição de aprender, mesmo após anos e anos de judicatura. Orquídea é uma planta em permanente evolução. Novas espécies são descobertas, novos híbridos são produzidos, assim como, melhores formas, seja

(1) Além do Autor, que é juiz da AOS, tivemos, na exposição "OrquidaRIO na Primavera", em setembro passado, a participação dos seguintes juizes da AOS: Lou Lodyga, Fred Shull e Jose Esposito, que procederam a um AOS Regional Judging (N.R.).

(2) Os dois sócios da OrquidaRIO a que o Autor se refere são Álvaro Pessoa e Aranda, com uma belíssima *Cattleya intermedia*, o primeiro, e um *Paphiopedilum*, a segunda, que serão mostradas em *Pulchra* nº 3, janeiro de 1994.(N.R.)



Esta *Cattleya trianae* 'Burrage', tem flor de grande qualidade, mas não seria julgada, de acordo com o sistema que o autor está descrevendo. Não tem o número mínimo aceitável de flores

de espécies, seja de híbridos, estão, constantemente, sendo alcançadas. Um juiz deve ter um extenso conhecimento das espécies e dos híbridos mais constantemente cultivados, bem como um razoável conhecimento das espécies e híbridos de gêneros menos conhecidos. Por outro lado, um juiz deve ter uma adequada compreensão dos limites potenciais de cada espécie usada na hibridação. Não há maneira de adquirir todo esse manancial de conhecimentos, senão com tempo, estudo, experiência e treinamento. Por isso faz-se necessário alongar-me, um pouco mais, falando sobre os diversos estágios por que passa um estudante de julgamento e as exigências de cada um desses níveis.

O estudante, no primeiro estágio do curso, chama-se "clerk" (3). Enquanto neste nível, assiste aos julgamentos e, até mesmo, deles participa, mas ainda sem conferir pontuação às plantas em julgamento. A sua maior importância, durante os julgamentos, é a de ter sob sua guarda os registros dos mesmos. Examina, também, todas as plantas trazidas para a análise, com vistas a assegurar que esteja correta a grafia das identificações das plantas a serem julgadas e, só então, as submete aos juizes. Se solicitado, deve providenciar material de referência sobre julgamentos anteriores de plantas da mesma espécie ou em igual cruzamento. Após o julgamento, o "clerk" é o responsável pela devolução da planta ao estande ou ao seu proprietário e, também, pelo correto registro de cada premiação. Os aprendizes de julgamento têm iniciado seu primeiro treinamento formal par-

(3) A palavra inglesa "clerk", entre os seus muitos sentidos, tem os de aprendiz e ajudante. Mas nenhum dos dois traduz com perfeição o que o autor está descrevendo. Por isto mantivemos a palavra inglesa. (N.R.)



Uma *Cattleya picturata* (*Cattleya intermedia* x *C. guttata*), muito bem florida, com as flores bem distribuídas na haste, por certo seria selecionada para julgamento de premiação. Os critérios de avaliação levam em consideração as características morfológicas particulares da flor.

Cultivo José Alberto Lhamas - Foto R. Mesquita

ticipando, juntamente com os "juizes estudantes", de sessões de julgamento, quando têm a oportunidade de, ouvindo os comentários dos juizes, começar a ter

noções de como funciona o sistema de julgamento. De um modo geral, permanece-se "clerk" durante dois ou três anos.

O grau seguinte de aprendizado é o nível de "juiz estudante". Para tornar-se tal, o "clerk" deve requerer ao Coordenador de Julgamentos da sua região (4) um exame de suficiência e deve ser aprovado por uma Comissão

de Juizes designada pelo Coordenador. Deve, também, submeter-se a um teste de percepção de cores e, também, a uma prova de conhecimentos gerais sobre orquídeas. Depois de aceito como "juiz estudante", na sua região, passa o aluno a poder dar notas nos julgamentos, mas estas notas não serão consideradas na formação das médias de premiação, seus julgamentos só têm a finalidade de treinamento. O programa de treinamento de um "juiz estudante" inclui: designação de plantas; avaliação de cor, forma, textura e substância; como descrever uma planta premiada, inclusive medidas; objetividade, ética e filosofia do julgamento.

O momento a partir do qual valem as notas de um estudante de julgamento é no estágio que se chama de "juiz probacionário". Para chegar a este nível, o candidato deve ter sido "juiz estudante" por, pelo menos, três anos e ser indicado para promoção por, pelo menos, um juiz. Tal indicação é examinada por um comitê de seleção e, se considerado aceitável, tal será submetido a votação de todos os juizes pre-

(4) A AOS distribui as diversas áreas de julgamento em regiões (N.R.).

sententes a uma das reuniões bianuais de juizes. Caso conte com votos favoráveis de mais de 80% dos votantes, o candidato poderá, então, passar a "juiz probacionário". A pontuação do "juiz probacionário", vale nos julgamentos, desde que existam dois juizes plenos na comissão de julgamento de que ele participe.

O nível final é o de juiz pleno. Para tanto, é necessário passar, pelo menos, três anos como "juiz probacionário" e tudo acontece da mesma maneira como aconteceu nas categorias inferiores. Um "juiz probacionário" que não é promovido após cinco anos, é excluído do sistema de julgamento da AOS. Para manter a condição de juiz pleno, um juiz deve participar de oito julgamentos, por ano, na sua região. Deve, ainda, participar das reuniões bianuais, sejam os encontros formais, sejam os seminários, de um dia, sobre julgamento.

Como acabamos de ver, julgar é um permanente aprendizado. Juizes não devem estar nunca satisfeitos com o seu conhecimento sobre orquídeas. Embora muito do treinamento formal comece durante os estágios de "clerk" e de "juiz estudante", "juizes probacionários" e "juizes plenos" devem manter programas de aprendizado, participando, regularmente, de julgamentos e seminários, lendo a "**Awards Quarterly**" (periódico da AOS, que veicula todas as premiações da entidade), assim como assistindo a julgamentos regionais e visitando grandes e pequenos orquidários comerciais ou coleções de cultivadores importantes.

No próximo artigo, veremos como o juiz usa seus conhecimentos e experiência para julgar orquídeas e como funciona o sistema de pontuação.

(*)CP. 100.541
24.000 - Niteroi, RJ.



Esta *Laelia praestans*, pelas suas qualidades de forma e cor foi premiada na exposição de setembro da OrquidárioRIO.

Carlos Ivan